

Revisitando o Cemitério dos Pretos Novos: um olhar sobre a morte e o sepultamento de africanos e crioulos escravizados, de 1812 a 1818

RESUMO

Este artigo objetiva explorar o Cemitério dos Pretos Novos, um importante sítio histórico situado no Rio de Janeiro, no período entre os anos de 1812 e 1818. Sabe-se que durante o seu período final de funcionamento, de 1824 a 1830, milhares de africanos e crioulos escravizados foram ali sepultados, representando uma parte triste da história da escravidão no Brasil. Este artigo se propõe a analisar como teriam sido os sepultamentos naquele “campo santo”, em um período anterior ao seu fechamento. Com base em fontes primárias, como registros paroquiais, este estudo visa analisar as características demográficas dos sepultamentos praticados no Cemitério dos Pretos Novos. Além disso, busca-se compreender o papel do referido campo santo dentro do complexo escravista do Valongo, Zona Portuária do Rio de Janeiro que, durante o século XIX, foi um dos principais locais de venda de escravizados recém-chegados de África. A pesquisa tem demonstrado que as formas de sepultamento de 1812 a 1818 podem ter sido muito mais caóticas e perturbadoras do que nos anos finais do seu funcionamento (1824 a 1830).

Palavras-chave: Cemitério dos Pretos Novos; morte e sepultamento; práticas funerárias; escravidão.

* Doutor em História da Ciência e da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Professor de História Contemporânea no Curso Interdisciplinar de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal Fluminense. Atua na Pós-graduação em Ensino GEES-UFF. Líder do Núcleo de Pesquisa Sankofa, UFF e pesquisador do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos. CV: <http://lattes.cnpq.br/0622330173835144>



Revisiting the Pretos Novos Cemetery: a look at the death and burial of enslaved Africans and crioulos, from 1812 to 1818

ABSTRACT

This article aims to explore the Cemetery of Pretos Novos, an important historical site located in Rio de Janeiro, during the period between 1812 and 1818. It is known that during its final period, from 1824 to 1830, thousands of enslaved Africans and creoles were buried there, representing a tragic chapter in the history of slavery in Brazil. This article seeks to analyze how burials would have taken place in that 'sacred' field during a period prior to its closure. Drawing on primary sources such as parish records, this study aims to examine the demographic characteristics of burials practiced in the Cemetery of Pretos Novos. Additionally, it seeks to understand the role of the mentioned sacred field within the slave complex of Valongo, the Port Zone of Rio de Janeiro, which, during the 19th century, was one of the main locations for the sale of newly arrived enslaved individuals from Africa. The research has indicated that the burial practices from 1812 to 1818 may have been much more chaotic and disturbing than in the years following its closure.

Keywords: Cemetery of Pretos Novos; death and burial; funerary practices; slavery.

Revisitando el Cementerio de los Pretos Novos: una mirada acerca de la muerte y del entierro de los esclavos africanos y "crioulos" de 1812 a 1818


RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo explorar el Cementerio de Pretos Novos, un importante sitio histórico ubicado en Río de Janeiro, durante el período entre 1812 y 1818. Se sabe que, durante su período final, de 1824 a 1830, miles de africanos y criollos esclavizados fueron sepultados allí, representando una parte trágica de la historia de la esclavitud en Brasil. Este artículo busca analizar cómo habrían sido los entierros en ese campo 'santo' en un período anterior a su cierre. Basándose en fuentes primarias como registros parroquiales, este estudio tiene como objetivo examinar las características demográficas de los entierros practicados en el Cementerio de Pretos Novos. Además, se busca comprender el papel de dicho campo santo dentro del complejo esclavista de Valongo, en la Zona Portuaria de Río de Janeiro, que durante el siglo XIX fue uno de los principales lugares de venta de esclavizados recién llegados de África. La investigación ha demostrado que las formas de entierro, de 1812 a 1818, pueden haber sido mucho más caóticas y perturbadoras que en los años que siguieron a su cierre.

Palabras-clave: Cementerio de los Pretos Novos; muerte y entierro; prácticas funerarias; esclavitud.



Vejo-a assomar à porta da alcova, pálida, comovida, trajada de preto, e ali ficar durante um minuto, sem ânimo de entrar, ou detida pela presença de um homem que estava comigo. Da cama, onde jazia, contemplei-a durante esse tempo, esquecido de lhe dizer nada ou de fazer nenhum gesto. Havia já dois anos que nos não víamos, e eu via-a agora não qual era, mas qual fora, quais fomos ambos, porque um Ezequias misterioso fizera recuar o sol até os dias juvenis. Recuou o sol, sacudi todas as misérias, e este punhado de pó, que a morte ia espalhar na eternidade do nada, pôde mais do que o tempo, que é o ministro da morte. Nenhuma água de Juventa igualaria ali a simples saudade.¹

 trecho em epígrafe que introduz o artigo ora apresentado foi retirado da obra magistral de Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, por nos chamar atenção pelo seu ser profundamente contemplativo e carregado de emoções relacionadas à morte. Nele, o protagonista descreve o momento em que sua antiga amada lhe visita antes da sua morte. Vestida de preto e hesitante, ela entra em sua alcova. Brás Cubas, deitado em sua cama, observa-a, imerso em pensamentos e esquecido de tomar qualquer ação.

A narrativa traz uma reflexão sobre o passado, destacando o distanciamento temporal entre Brás Cubas e a Morte. O protagonista menciona que já se passaram dois anos desde o último encontro e ele não a vê como ela é agora, mas sim como ela era antes. Esse poder de evocar memórias passadas contrasta com a inevitabilidade da morte e a transitoriedade da existência humana e, de certa forma, nos aproxima do que é finito, passageiro e, no caso dos escravizados africanos que foram mortos ao adentrarem o Valongo durante o período do Brasil escravista, o cenário pavoroso da morte e sepultamento indigno durante o período do Brasil escravista, posto que “um punhado de pó”, quando muito, era tudo o que os escravizados que foram sepultados nos cemitérios dos Pretos Novos recebiam sobre seus corpos insepultos.

O Cemitério foi criado em 1722, em frente ao Lago de Santa Rita, por Nascentes Pinto (Pereira, 2014) e lá ficou até ser transferido, em 1769, por ordem do Marques de Lavradio (Cruls, 1965), quando então passou a ocupar um pequeno espaço na antiga “Rua do Cemitério”, mais tarde “Rua da Harmonia” (a atual Rua Pedro Ernesto) que Freireyss assim descreveu:

Próximo a rua do Vallongo está o cemitério dos que escapam para sempre à escravidão. Em companhia do meu amigo dr. Sehaeffe, que chegou aqui a bordo do Navio russo Suvarow, em maio de 1814, em viagem ao redor do mundo, visitei este triste lugar. Na entrada, daquele espaço, cercado por um Muro de cerca de 50 braças em quadra, estava assentado um velho com vestes de padre, lendo um livro de rezas pelas almas dos infelizes que tinham sido arrancados da sua pátria por homens desalmados, e a uns 20 passos dele alguns pretos estavam ocupados em cobrir de terra seus patrícios mortos e, sem se darem ao trabalho de fazer uma cova, jogam apenas um pouco de terra sobre o cadáver, passando em seguida a sepultar outro.²

¹ Assis, M. de. (1984[1881]). *Memórias póstumas de Brás Cubas*. 10 ed. São Paulo: Ática, p. 17.

² Freireyss, G.W. (1982). *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo-Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, EDUSP. p. 225.

Ali, os sepultamentos eram feitos de forma precária. Conforme testemunhou o viajante alemão Freireyss, que descreveu que a única coisa que lembrava aquele espaço como um campo santo, na visão do protestante alemão, era “uma pequena cruz de paus toscos mui velhos”³ cravada no centro do espaço e cercada por ossadas insepultas e continua:

*Nus, estavam apenas envoltos numa esteira, amarrada por cima da cabeça e por baixo dos pés. Provavelmente procede se ao enterramento apenas uma vez por semana e como os cadáveres facilmente se decompõem, o mal cheiro é insuportável. Finalmente chegou-se a melhor compreensão, queimando de vez em quando um monte de cadáveres em semi-decomposição.*⁴

Ali, os corpos dos escravizados foram não apenas sepultados, mas também desarticulados, quebrados, queimados, retorcidos, depois de descarnados, e espalhados pelo terreno (Pereira, 2012). Neste espaço, ele funcionou até 1830, tendo recebido no período que chamaremos de fase final do cemitério, entre 1824 e 1830, em torno de 6.000 corpos em um espaço físico de menos 100 m² (Pereira, 2014). Os registros dos óbitos foram arrolados em dois livros de óbitos da Freguesia de Santa Rita, responsável pelo referido campo santo, que se encontram depositados no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.⁵ Estes livros de óbitos são nossa principal fonte de pesquisa e neles encontramos os nomes dos navios nos quais os africanos desembarcaram no porto do Rio de Janeiro, suas nações ou portos de origem, os nomes dos donos e a idade dos “escravizados novos”, bem como as marcas que eles recebiam por ocasião do embarque nos portos africanos em seus respectivos navios negreiros, os chamados tumbeiros, que cortavam o Atlântico sistematicamente entre o continente africano e a Américas, durante o período escravista.

Foi demonstrado anteriormente o modo precário como os escravizados foram lançados à flor da terra. Eram chamados genericamente de “pretos novos”, pelo aspecto de coisificação que procurava despersonificá-los e desumanizá-los, equiparando-os a coisas (Pereira, 2014, p. 69, 70, 72, 100). O que, por sua vez, pode ser representativo do desrespeito aos mortos até mesmo dentro da cosmogonia africana, que preconizava a guarda dos rituais de sepultamentos como uma forma de valorização daqueles que se foram e de honrar os antepassados, garantindo-lhes o equilíbrio da vida e a continuidade de existência humana. Como bem ressaltou o padre jesuíta Raul Ruiz de A. Altuna (1985), os rituais de sepultamento formavam a base da religiosidade centro-africana, sobretudo, dentro da cosmovisão banto. Eles possuíam um papel fundamental na manutenção da vida e da ordenação das coisas terrenas, ao mesmo tempo que funcionava como um elo entre o homem e o mundo imaterial.

Ficou claro, então, que a existência do malfadado campo santo estava intimamente ligada ao Tráfico Transatlântico de Escravizados, que, por sua vez, controlava o Estado Imperial, na primeira metade do século XIX. Mas como eram os sepultamentos antes da data já estudada,

³ Freireyss, 1982, p. 134.

⁴ Freireyss, 1982, p. 225

⁵ Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (doravante ACMRJ). Livro de óbitos de escravizados da Freguesia de Santa Rita, 1812 a 1818 e Livro de óbitos de escravizados da freguesia de Santa Rita, 1824 a 1830

ou seja, antes do período final do cemitério, de 1824 a 1830? Neste trabalho, procuramos responder esta pergunta, revisitando a documentação existente sobre o cemitério, em um período que não havia sido devidamente estudado, ou seja, os anos anteriores ao período de 1824 a 1830, sobre o qual eu ainda não havia me debruçado.

Para tanto, usamos como fonte de investigação o mencionado Livro de Óbitos da Freguesia de Santa Rita, de 1812 a 1818, de modo que a análise de um período mais amplo possa nos ajudar na compreensão de como eram os sepultamentos ali realizados, e as possíveis semelhanças entre os dois períodos, a saber: 1812 a 1818, ainda não analisado; e, 1824 a 1830, já estudado. Assim, será possível termos uma visão mais completa sobre o funcionamento do nefasto campo santo.

Cabe ressaltar que a análise qualitativa nos servirá de contraponto a fim de preencher as lacunas de tempo em relação aos anos iniciais do século XIX, uma vez que não dispomos de dados mais extensos sobre os sepultamentos naquele campo santo referente a um período de mais longo que pudesse nos dar mais explicações sobre como eram os sepultamentos naquele cemitério. A comparação entre os dois períodos apresentados busca compreender a complexa rede de relações sócio comerciais que estavam em jogo, quando da morte ocorrida durante o traslado forçado de milhares de africanos para o Brasil, além de perceber os afastamentos e aproximações entre as formas de sepultamento sofridas por africanos e crioulos que, ali, foram sepultados.

O que já sabíamos sobre o Cemitério dos Pretos Novos

Vejo-a assomar à porta da alcova, pálida, comovida, trajada de preto, e ali ficar durante um minuto, sem ânimo de entrar, ou detida pela presença de um homem que estava comigo.⁶

A morte era comum no Rio de Janeiro do século XIX e, diferentemente de Virgília, a amada de Brás Cubas, na epígrafe acima, não fazia cerimônia alguma para adentrar os mais variados espaços da cidade, fazendo desta uma imensa necrópole. Contudo, se não era tímida, também não era democrática, pois dentre os que mais sentiram o peso de sua visita, foram com certeza os escravizados que nela habitavam. Para os escravizados recém-chegados, vítimas do infortúnio da escravidão e mortos no porto ou mercado de escravizados, os corpos possuíam por destino o famigerado Cemitério dos Pretos Novos.

Tal cemitério, havia sido esquecido por muito tempo, bem como a forma e o modo *operandis* da morte, na região do Valongo, local do qual o cemitério fazia parte. No entanto, debruçados em diversos tipos de fontes, que vão desde documentos oficiais, registros paroquiais, documentos cartoriais, relatos de viajantes e testemunhos de memorialistas, diversos pesquisadores têm nos ajudado a lançar luz sobre morte na Corte do Rio de Janeiro, sobretudo dos escravizados que compulsoriamente atravessaram o Atlântico, para levarem a cabo o processo de exploração do Novo Mundo. Dentre eles, podemos citar aqueles que analisaram os diversos aparatos simbólicos que organizaram o espaço da morte e suas diversas

⁶ Assis, M. de. (1984[1881]). *Memórias póstumas de Brás Cubas*. 10 ed. São Paulo: Ática., p. 17.



camadas de diferenciações por meio da História Social. Este é o caso da historiadora Claudia Rodrigues (1977), uma pioneira nesta questão. Ao lançar luz sobre as complexas relações entre a morte e seus rituais míticos e simbólicos, intrínsecos à cultura barroca até o século XIX, contribui para o entendimento de que os diferentes locais de sepultamento espelham a hierarquia social tão excludente quanto elitista.

No campo da Arqueologia, Reinaldo Tavares (2012) trouxe uma contribuição significativa através de sua dissertação de mestrado em Arqueologia, em que explorou o Cemitério dos Pretos Novos com enfoque na delimitação espacial do local. A dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Universidade Federal do Rio de Janeiro (Museu Nacional), sob a orientação da prof^a Dr^a Tânia Andrade, demonstrou que, de fato, o espaço reservado para os sepultamentos era muito pequeno para a quantidade de sepultamentos ali realizados. Em seguida, sua tese de doutorado (Tavares, 2018b), contribui com uma abordagem inovadora ao investigar o complexo escravista do Rio de Janeiro no século XIX, com um olhar mais acurado para a região do Valongo.

Desta feita, cada vez mais, o objeto de estudo foi sendo ampliado de forma que não apenas a morte ou cemitérios foram sendo analisados, mas toda a região do Valongo passou a ganhar destaque sob o ponto de vista da importância da região e dos achados do Cais do Valongo, descoberto em 2011. No bojo destes trabalhos fundamentais foram produzidos estudos importantes tais como o de Lessa *et al* (2018), cujo artigo demonstrou a importância do estudo da paisagem, e do contexto social do Valongo e os diversos atores envolvidos na organização do controle espacial. Os autores observaram que o Cemitério dos Pretos Novos era uma peça fundamental dentro do aparato de controle de compra e venda de mercadoria humana, em que o Valongo significava um “território geograficamente circunscrito, no qual os aparelhos urbanos necessários foram estrategicamente edificados” (Tavares, 2018).

Recentemente, Silva *et al* (2022) contribuíram com uma pesquisa abrangente sobre o Cemitério dos Desvalidos do Rio de Janeiro antigo. Publicada na Revista de Arqueologia, seu estudo oferece novas perspectivas sobre os desafios enfrentados pelos desfavorecidos na sociedade colonial. Esses trabalhos, em conjunto, oferecem uma visão abrangente e aprofundada do Cemitério dos Pretos Novos e sua relevância para a compreensão da morte e do morrer de escravizado em solo brasileiro.

Estes trabalhos e outros que iremos citar ao longo do presente artigo, contribuem, cada um em alguma medida, para a noção de que o funcionamento do Valongo, o principal entreposto comercial da primeira metade do século XIX, dependia da interligação de três instituições. Primeiramente, havia um mercado de escravizados, organizado e minimamente regulado dentro de uma estrutura estatal arcaica e praticamente imutável. Em seguida, existia um lazareto, cuja manutenção provocou um acalorado debate político entre a Provedoria de Saúde e os próprios traficantes. Por fim, o próprio Cemitério dos Pretos Novos que, por sua vez, era o destino final para os corpos daqueles que morriam dentro dos limites do mercado do Valongo.

A região do Valongo e o seu entorno começou a sofrer um forte adensamento populacional por causa do aumento da concentração comercial já existente a partir do século



XVIII (Lamarão, 1991). O cemitério passou a ser cercado de imóveis cujos donos passaram a amargurar ter por vizinho um cemitério de escravizados. Ocorre então um “adensamento populacional na região do bairro Saúde, Valongo e da Gamboa, onde morros, encostas e enseadas são paulatinamente ocupados por residências” (Rodrigues, 1997, p. 71). Através desta ocupação geográfica caótica, o entorno do cemitério foi tomado por casas, sobretudo por famílias pobres que não tinham condições de mudar da freguesia de Santa Rita por condições financeiras ou pelo Rio de Janeiro da época ser um lugar inóspito, com muitos pântanos e charcos, o que dificultava a ocupação do espaço (Lamarão, 1991).

Ou seja, os vivos, por forças das circunstâncias, tornaram-se vizinhos dos mortos. O descaso com os sepultamentos ali realizados era tão grande que chegou ao ponto de a Academia Imperial de Medicina solicitar a interdição do cemitério, por um ofício enviado à Câmara de Vereadores, em 1829, devido ao intenso mau cheiro que exalava de seu interior. Nesse mesmo período, a Corte enfrentava epidemias de cólera, febre amarela e varíola, e os “miasmas”⁷ emanados pelo cemitério passaram a ser vistos como um dos fatores desencadeadores de doenças (Pereira, 2014).

De fato, as doenças eram um dos principais males da região e a Varíola, a mais eficaz em ceifar vidas pretas. A referida enfermidade foi reconhecida como uma doença infectocontagiosa exclusiva do ser humano. Causada pelo *Orthopoxvirus variolae*, um vírus altamente resistente a agentes físicos externos e a mudanças climáticas extremas, a doença disseminou-se pelo Brasil sem obstáculos. Embora no século XIX tenha havido um amplo debate político que apontava o tráfico negreiro como o principal vetor da doença, no solo brasileiro (Chalhoub, 1996), posto que alguns parlamentares acusavam o infame comércio de disseminador de doenças, a pesquisa de Jaqueline Hasan Brizola demonstrou uma complexa relação entre funcionários da Junta Vacínica da Corte, encarregados da inspeção dos navios que adentravam a Corte do Rio de Janeiro, traficantes de escravizados e a tentativa de normatizar ações públicas no combate às epidemias que grassavam na região. A historiadora demonstra que não foram os navios negreiros os principais vetores de doenças no Rio de Janeiro, mas os navios com soldados que circulavam pelo Atlântico, disseminando a doença nas Américas. Sua investigação em diversos tipos de acervos documentais, incluindo os tratados médicos, demonstrou que, segundo alguns médicos do período, não era a entrada de escravizados recém-chegados a culpada pelas pestes, mas que havia uma confluência de fatores como a “não circulação do ar”, habitações insalubres e escravizados amontoados, que faziam da cidade um ambiente propício para o surgimento de pandemias e endemias (Brizola, 2022, p. 280).

Ou seja, “A ocupação desordenada e a falta de política pública metódica de limpeza pública, aliada às características e topográficas, tornariam constantes a presença de epidemias na cidade”, conforme alertara Claudia Rodrigues (Rodrigues, 1997, p. 7). No entanto, não se

⁷ A teoria dos Miasmas foi uma concepção antiga na área da medicina que atribuía a propagação de doenças à presença de miasmas, que eram considerados vapores ou gases maléficos provenientes de matéria orgânica em decomposição, como excrementos, cadáveres e águas estagnadas. Acredita-se que esses miasmas seriam inalados pelas pessoas, contaminando o ar e causando doenças, como febres e infecções. Essa teoria foi amplamente aceita até o século XIX, sendo posteriormente substituída pela compreensão dos agentes infecciosos e das doenças transmissíveis por microrganismos. Para um aprofundamento deste assunto, consulte Silva (2018).

pode negar que os navios negreiros eram locais onde a varíola propagava e ceifava muitas vidas africanas. É que o convívio prolongado em ambientes infectados, como os tumbeiros, facilitava a propagação da doença entre os escravizados, uma vez que a transmissão ocorria principalmente de pessoa para pessoa, geralmente por meio das vias respiratórias e do contato físico.

Após a infecção, o vírus da varíola entrava em período de incubação que levava de 7 a 17 dias, manifestando-se posteriormente na garganta e nas fossas nasais. Os sintomas incluíam febre alta, dor de cabeça, dor nas costas e falta de energia, com duração de dois a cinco dias. Se um escravizado contraísse a doença no porto africano, o período de incubação coincidiria com a viagem para o Rio de Janeiro, possibilitando a transmissão a outros escravizados. Ao desembarcar, a doença atingiria a sua forma mais grave, com febre diminuída e erupções avermelhadas na garganta, boca e rosto, espalhando-se pelo corpo como pústulas, causando intensa dor e coceira. Essas bolhas, em linguagem popular, eram conhecidas como "bexigas".

Não havia tratamento específico para essa doença. No entanto, o debate em torno da visão dos malefícios do tráfico negreiro como principal vetor perdurou por grande parte do século XIX. A historiadora Tânia Pimenta, em sua pesquisa sobre a regulamentação e fiscalização de atividades relacionadas à saúde pública, delineou "o conflito que se dava entre as autoridades da saúde pública e os traficantes de africanos escravizados" (Pimenta, 2022, p. 425) em torno do impacto das primeiras grandes epidemias em meados do século XIX, demonstrando a sua contribuição para com a centralização das ações do governo imperial. Ao fim, o conflito gerado também contribuiu fortemente para a instituição da prática da imunização antivariólica, conforme evidenciado por Fernandes (2003). Sua análise meticulosa das edições da *Gazeta Médica do Rio de Janeiro* e a *Gazeta Médica da Bahia*, periódicos que circularam amplamente na Corte Imperial do século XIX, demonstrou como o processo de imunização foi impulsionado pelo temor da disseminação da varíola por toda população.

No entanto, muitos escravizados infectados pela Varíola não resistiam e morriam. Como verifiquei, no período final do Cemitério dos Pretos Novos de 1824 a 1830 (Pereira, 2014), 24 escravizados sepultados no Cemitério dos Pretos Novos faleceram de varíola. Seus corpos estavam cobertos de "bexigas", tornando-se impossível para o responsável pelo registro no livro de óbitos identificar sequer a marca feita pelo ferro em brasa no corpo do escravizado.⁸

Sugere-se que as péssimas condições dos navios se tornavam um ambiente propício a propagação da doença levando ao contágio e morte dos africanos, cujos corpos eram lançados nas covas rasas do Cemitério dos Pretos Novos. Este foi o caso do bergantim Luís de Camões, que realizava a rota Rio de Janeiro - Benguela - Moçambique, e tinha por capitão José Joaquim de Souza e Miguel Ferreira Gomes como o traficante responsável pelo negócio. Neste bergantim, a alta taxa de mortalidade foi alavancada pelo número de mortos pela Varíola. No dia 25 de agosto de 1826, o traficante Miguel F. Gomes Filho ordenou o sepultamento de dez escravizados, que foram registrados e enterrados juntos em um único dia. Esses escravizados não apresentavam marcas visíveis deixadas pelos traficantes; no entanto, a doença não escapou aos olhos do escrivão, que observou: "de tanta bexiga não se consegue ver a marca".⁹

⁸ ACMJR. Livro de Óbitos da freguesia de Santa Rita, 1824 a 1830, fl. 07.

⁹ ACMRJ. Livro de Óbitos da Freguesia de Santa Rita, 1824-1830.



Devido ao alto número de escravizados infectados com Variola em uma única embarcação, é possível comprovar que a doença se espalhava a bordo dos navios, contribuindo para o aumento da mortalidade escravizada. Apenas nos meses de agosto e setembro de 1826, foram sepultados 39 escravizados, dos quais "não se conhecia a marca" de muitos deles, por estarem afetados pela varíola. Sabe-se sobre eles, através do livro de óbitos de Santa Rita, de 1824 a 18230, que todos eles eram do sexo masculino; provenientes de Benguela, e muitos foram enterrados em um único registro: sete, cinco, quatro, e até mesmo em pares.¹⁰

O cenário de endemias e pandemias contribuiu para que autoridades começassem a ligar a incidência de doenças e o aumento do tráfico negreiro. No início do século XIX, por exemplo, o provedor-mor da Saúde, preocupado com as epidemias que assolavam a região, solicitou explicações aos agenciadores africanos e portugueses para saber se os escravizados embarcados para o Brasil estavam infectados com varíola.¹¹ No referido documento, o provedor-mor instou os agenciadores a terem cuidado com a "carga humana" enviada por eles, a fim de evitarem que a doença se espalhasse com tanta frequência nos portos brasileiros. Ao mesmo tempo, os importadores reclamavam que, se os escravizados já estavam doentes, era injusto terem que pagar por eles, uma vez que morriam logo em seguida, além de infectar outros escravizados, comprometendo toda a carga transportada.¹²

No documento mencionado acima, encontrado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Manoel Vieira da Silva, o provedor-mor da Saúde, reconheceu que a alta mortalidade entre os escravizados era devido às péssimas condições higiênicas nos navios negreiros. Ele destaca que muitos escravizados morriam de sarampo e relembra as epidemias que atingiram o Rio de Janeiro em 1804 e 1805. O signatário enfatiza a necessidade de levar os doentes para o lazareto, uma medida que os traficantes relutavam em cumprir, por muitos não concordarem com as taxas a serem pagas pelos custos com a cura dos escravizados¹³ que, pela descrição de Vivaldo Coaracy, era o local onde ficavam os escravizados acometidos de varíola, em um período de quarentena, situado na Ilha de Villegagnon, que havia sido cedida pelos jesuítas para este fim e que mais tarde ficaria conhecida como "degredo das bexigas" (Coaracy, 1968, p. 283).

De fato, pode se observar que o debate em torno de medidas para o controle da varíola foi muito importante. Em um período posterior, o trabalho de Sidney Chalhoub abordou as questões epidemiológicas no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, principalmente a resistência dos escravizados à vacinação, baseada em preceitos culturais e religiosos (Chalhoub, 1996). O comércio de escravizados sempre foi um tema de discussão no Senado, a fim de determinar se ele era ou não a via pela qual a varíola entrava no Brasil. Segundo Chalhoub (1996), senadores contrários a essa ideia argumentavam que o surgimento de epidemias na Corte não estava relacionado ao fluxo de escravizados que entravam compulsoriamente no Brasil ano após ano. Em oposição a esse pensamento, havia senadores que defendiam o fim do

¹⁰ ACMRJ. Livro de Óbitos da Freguesia de Santa Rita, 1824-1830.

¹¹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (doravante ANRJ). I.S-4. 2, (1818 a 1824).

¹² ANRJ. I.S-4. 2, (1818 a 1824).

¹³ ANRJ. I.S-4. 2, 1810.



tráfico, pois consideravam ser o principal meio pelo qual a doença adentrava na Corte do Rio de Janeiro (Rodrigues, 2000, p. 87).

A ideia de suprimir o tráfico negreiro, ainda no primeiro quarto do século XIX, estava diretamente relacionada às questões de profilaxia pelas quais o país passava. Nesse sentido, a extinção do tráfico era vista como um passo importante para a erradicação da doença.¹⁴ Diante disso, a construção de um Lazareto, no início do século XIX se fazia cada vez mais necessária para a redução da mortalidade escravizada. Em 1811, Manoel Vieira da Silva, ocupante do cargo de provedor da Saúde, expressou veementemente sua insatisfação com a resistência dos traficantes em pagarem por uma forma de "internação" de escravizados doentes no Lazareto. De acordo com o provedor, esses recursos financeiros eram destinados à aquisição de medicamentos, curativos e utensílios necessários.¹⁵

O antigo Lazareto estava localizado em uma ilha na Baía da Guanabara, em frente à costa da freguesia de Inhaúma. Ali, ele servia como local de tratamento para os enfermos antes de serem expostos no Valongo. No entanto, muitos traficantes reclamavam do incômodo de transportar os escravizados até a ilha e, depois de curados, reconduzi-los de volta ao Valongo ou, se mortos, ao cemitério, especialmente devido à dificuldade de acesso ao local. Com base nessa situação, o documento propôs aos três principais traficantes de escravizados, João Gomes Valle, José Luís Alves e João Alves de Souza Guimarães, a construção de uma enfermaria em um local ainda não especificado. Os escravizados cuidados nessa enfermaria teriam sua estada custeada pelos traficantes ou seus consignatários, ao custo de 400 réis, valor que os mesmos se recusavam a pagar, alegando ser exorbitante.¹⁶

Mas não foi apenas a Variola a única doença a ceifar a vida dos escravizados recém-chegados. O fator nutricional, ou seja, a falta de uma nutrição adequada contribuiu em grande medida para o aumento da mortalidade escravizada. Conforme Kenneth Kiple (2002), a desnutrição desempenhava um papel preponderante no agravamento de doenças em decorrência da ação de vermes. Os sintomas associados a esta condição incluíam: dor abdominal, inchaço e diarreia que, por sua vez, levava à desidratação. As fezes contaminadas por parasitas infectavam todo ambiente dando continuidade ao ciclo de infecção a bordo do navio negreiro.

A bordo destes navios negreiros, também conhecidos por "tumbeiros", que realizavam o traslado entre os dois lados do Atlântico, a alimentação era composta principalmente por arroz e mandioca. Kiple destaca que os registros de alguns navios negreiros indicaram uma dieta à base de óleo de palma, pimentão vermelho e farinha para espessar o caldo servido. Segundo ele, entre essas variações alimentares, também se incluíam frutas cítricas, que proporcionavam um mínimo de equilíbrio nutricional. No entanto, é importante ressaltar que a maioria dos

¹⁴ José Pereira Rego, o mais importante higienista e historiador da saúde pública no Brasil do século XIX, associou sistematicamente a ocorrência de varíola na cidade às condições do tráfico negreiro. Cf. Rego, José Pereira. Esboço histórico da epidemia que tem grassado na cidade do Rio de Janeiro, desde 1830 a 1870. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1872. p. 22.

¹⁵ ANRJ. I.S-4. 1, DOC 1811- Provedoria da Saúde.

¹⁶ ANRJ. I.S-4. 1, DOC 1811- Provedoria da Saúde



navios negreiros oferecia apenas o tradicional arroz com mandioca cozidos como principal fonte de alimentação (Kiple, 2002, p. 60).

Assim, os escravizados recém-chegados morriam aos milhares, no Mercado dos armazéns do Valongo, ou no Lazareto.¹⁷ A mortalidade escravizada era particularmente mais alta nos primeiros anos de chegada no Brasil, e, destes, nos primeiros dias e semanas, e ao longo deste processo de aclimatação, um em cada cinco escravizados iriam morrer ainda nos primeiros três primeiros anos (Karasch, 2000, p. 149). De acordo com Kiple (2002), o motivo para a alta taxa de mortalidade verificada na chegada era, além da varíola, a forte desnutrição provocada pela disenteria amébrica, cujo período de incubação levava de 20 a 30 dias.¹⁸ Uma doença que devia passar despercebida aos compradores de escravizados, manifestando-se durante a travessia do Atlântico. Ao lado da amebíase e da varíola e as febres completavam o quadro de morte.

Kiple observa que a dificuldade dos escravizados em se adaptarem à nova alimentação também contribuía para as elevadas taxas de mortalidade entre eles. Escravizados originários de regiões distintas apresentavam hábitos alimentares diversos, muitas vezes incompatíveis com a dieta predominante no Brasil, que consistia principalmente em farinha de mandioca, como foi o caso dos escravizados que vieram para o Brasil (Kiple, 2002). Karasch também chegou a esta conclusão e asseverou que os escravizados morriam não apenas em decorrência das doenças que contraíam, mas de uma correlação entre maus tratos, dieta inadequada e péssimas condições de trabalho (Karasch, 2000).

Posto isto, não é demais ressaltar que o destino dos corpos dos escravizados recém-chegados que faleciam na região do Valongo ou no Lazareto, seja por qualquer causa mortis ou em decorrências de todos os males citados até aqui, até 1830, era o cemitério dos pretos novos. Contudo, uma vez extinto em 1830, por conta do acordo antitráfico negreiro entre Brasil e Inglaterra, que entraria em vigor em 1831, o cemitério dos Pretos Novos foi aterrado e esquecido. Sobre o seu espaço foram construídas casas buscando ocultar o fato de que, apesar da famosa *lei para inglês ver* estar em vigor, o Brasil continuava envolvido no Tráfico Negreiro, o qual, como se sabe, continuaria até a Lei Eusébio de Queiros, em 1850 (Florentino, 1995).

No século seguinte, em 1996, o Cemitério dos Pretos Novos foi redescoberto de forma acidental. O único cemitério de escravizados recém-chegados ao porto do Rio de Janeiro, cuja especificidade sinistra sugere que ali os corpos dos escravizados eram sepultados sem nenhum respeito, emergia como uma prova incontestável dos males da escravidão brasileira (Pereira, 2014). Este cemitério, objeto de nossa análise, representa um importante testemunho histórico da maneira pela qual os escravizados recém-chegados, inseridos à força em uma sociedade escravista profundamente hierarquizada, eram tratados. Desprovidos de qualquer valor além de seu potencial mercantil, os pretos novos eram relegados ao mais baixo estrato

¹⁷ ACMJR. livro de óbitos da freguesia de Santa Rita, 1824 a 1830. Falecidos nos armazéns do Lazareto: 2 em 1825; 11 em 1827; 8 em 1828.

¹⁸ Hoje em dia, sabe-se que uma dieta rica em vitamina "B", proteínas, e baixo carboidrato pode ser um bom tratamento a amebíase, mas a dieta dos escravizados recém-chegados era o oposto: pobre em proteínas e complexo "B" e altas taxas de carboidrato (Kiple, 2002, p. 65).

social, negando-lhes qualquer forma de dignidade e consideração, mesmo em seu momento final, como destacou Mariza Soares:

No Rio de Janeiro dos séculos XVII e XVIII é impossível pensar a hierarquia social sem levar em conta a hierarquia dos homens e dos santos [...] no outro extremo desta hierarquia estão os africanos recém-chegados, chamados 'pretos novos', 'boçais' e 'infieis' (Soares, 2000, p. 136-7).

Ao contrário de outros africanos que conseguiram sobreviver e estabelecer laços culturais que lhes proporcionaram alternativas para o sepultamento, como evidenciado por estudos de Claudia Rodrigues (1997), nem todos tiveram acesso às irmandades para o socorro na hora do sepultamento (Soares 2000), muito menos construíram comunidades ou firmaram laços de parentesco (Bravo, 2014). Os pretos novos foram lançados à flor da terra, nas covas rasas do descaso e lá ainda estariam se não fossem as recentes pesquisas arqueológicas que trouxeram à tona o que não se pôde esconder por muito tempo: os mortos falam (Burke, 2001).

Enquanto a pesquisa histórica já havia demonstrado que os pretos novos haviam sido sepultados de forma precária, com seus restos mortais desarticulados, queimados e retorcidos e num espaço exíguo diante do volume do tráfico negreiro, as escavações arqueológicas trouxeram à tona a primeira ossada completa, encontrada no Cemitério dos Pretos Novos. Liderada pelo arqueólogo e historiador Reinaldo Tavares, a equipe arqueológica, ou melhor o descobridor do achado, o arqueólogo Andrei Santos, batizou a ossada de "Bakhita" (bem-aventurada, em dialeto núbio – Sudão), em referência à Santa Josefina Bakhita, padroeira dos sequestrados e escravizados, a primeira santa africana que fora canonizada em 2000, pelo Papa João Paulo II (Lessa *et al.*, 2018). Segundo a pesquisa arqueológica, há indícios que apontam que o corpo encontrado no sítio arqueológico pertencia a uma jovem africana, escravizada, morta e lançada nas covas rasas do Cemitério dos Pretos Novos.¹⁹ A sua importância reside no fato de que ela tenha sido a primeira ossada completa descoberta no Cemitério dos Pretos Novos.

Embora a análise realizada por investigações que consideraram o período final de funcionamento do cemitério dos Pretos Novos, entre 1824 e 1830, tenha revelado tamanha crueldade, surge uma questão sobre como teriam sido os sepultamentos, ali realizados, no início do século. Os dados extraídos do livro de óbitos da Freguesia de Santa Rita, de 1812 a 1818, analisados na próxima seção não apenas nos ajudam a compreender a lógica subjacente ao funcionamento do cemitério, como também suscitam novas indagações até então desconhecidas.

O que ainda não sabíamos sobre o Cemitério dos Pretos Novos

sacudi todas as misérias, e este punhado de pó, que a morte ia espalhar na eternidade do nada, pôde mais do que o tempo, que é o ministro da morte²⁰

¹⁹ Para informações detalhadas sobre a escavação do cemitério dos Pretos Novos, consultar Tavares (2018).

²⁰ Assis, M. de. (1984[1881]). Memórias póstumas de Brás Cubas. 10 ed. São Paulo: Ática., p. 17.



Já nos lembrava o velho bruxo do Cosme Velho de que o pó é o que nos resta de nossa breve existência. Pó este, destinado ao esquecimento da nossa importância em vida. Se assim for, e acredito que sim, o que diríamos daqueles que nada representavam diante da sociedade escravista brasileira do século XIX? Em busca de algumas repostas, iremos abordar nesta seção o período anterior ao fechamento do Cemitério dos Pretos Novos e, para tanto, analisaremos o Livro de Óbitos da Freguesia de Santa Rita, referente aos anos de 1812 a 1818, disponível na Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. No intuito de verificarmos a forma como se deram os sepultamentos, fizemos uma abordagem quantitativa, para termos uma visão mais abrangente e atualizada sobre os registros de falecimentos desses indivíduos escravizados no período em questão. Com essa nova fonte de informação poderemos ampliar nosso entendimento sobre as condições de vida e morte dos escravizados, a forma de sepultamento, bem como obter uma estimativa sobre o número de óbitos, suas possíveis causas e outros detalhes relevantes que poderiam contribuir para o enriquecimento e fortalecimento das conclusões e análises deste estudo.

O livro em questão, tal como o livro anteriormente estudado, traz o nome da embarcação que trouxe o escravizado, o nome do porto de embarque, o nome do capitão da embarcação e o comprador do escravizado. Quanto a este escravizado, o livro traz grafado em suas margens, a marca que o "preto novo" recebeu ao ser comprado no continente africano, bem como a sua localização no corpo escravizado. O livro traz também o sexo e a faixa etária do escravizado e algumas observações circunstanciais, seguindo quase sempre os mesmos moldes que eu já havia encontrado no livro anterior, referente aos anos de 1824 a 1830 (Pereira, 2014).

Devido às precárias condições de conservação da fonte, lamentavelmente, não foi possível realizar uma quantificação mais abrangente de todo o livro de óbitos de escravizados da Freguesia de Santa Rita, no intervalo de 1812 a 1818.²¹ A deterioração das folhas resultou na ausência de registros, enquanto a má qualidade e a palidez da grafia dificultaram a leitura (um desafio habitual para historiadores). Entretanto, constatamos que a quantidade de dados recuperados supera a do livro referente ao período final do cemitério, que abrange os anos de 1824 a 1830. Em outras palavras, de 1812 a 1818 foram identificados aproximadamente 5.000 óbitos, enquanto no livro de 1824 a 1830 foram registrados cerca de 3.000. Esse conjunto considerável de informações poderia fornecer *insights* valiosos sobre a dinâmica dos sepultamentos nesse intervalo de tempo. Diante dessas limitações, optamos por adotar uma metodologia de pesquisa por amostragem. Assim, quantificamos os anos de 1812, 1815 e 1818 para obter uma visão mais ampla da demografia do cemitério.

Com base nessas informações, construímos a Tabela 1 com o intuito de verificar a distribuição por gênero e idade, abrangendo homens, mulheres, crianças e ladinos. Além dessas categorias, incluí uma classificação inédita no contexto do livro do período final, 1824 a 1830, denominada de "ignorados". Essa designação foi adotada devido à ausência de informações específicas sobre as pessoas sepultadas, sendo os registros limitados a expressões genéricas como "um corpo" ou "um cadáver".

²¹ Tendo em vista que o referido livro de óbitos termina em fevereiro de 1818, considerei o período de doze meses de fevereiro de 1817 a fevereiro de 1818.

Tabela 1 – Escravizados sepultados no cemitério dos Pretos Novos, 1812, 1815 e 1818, segundo gênero e faixa etária

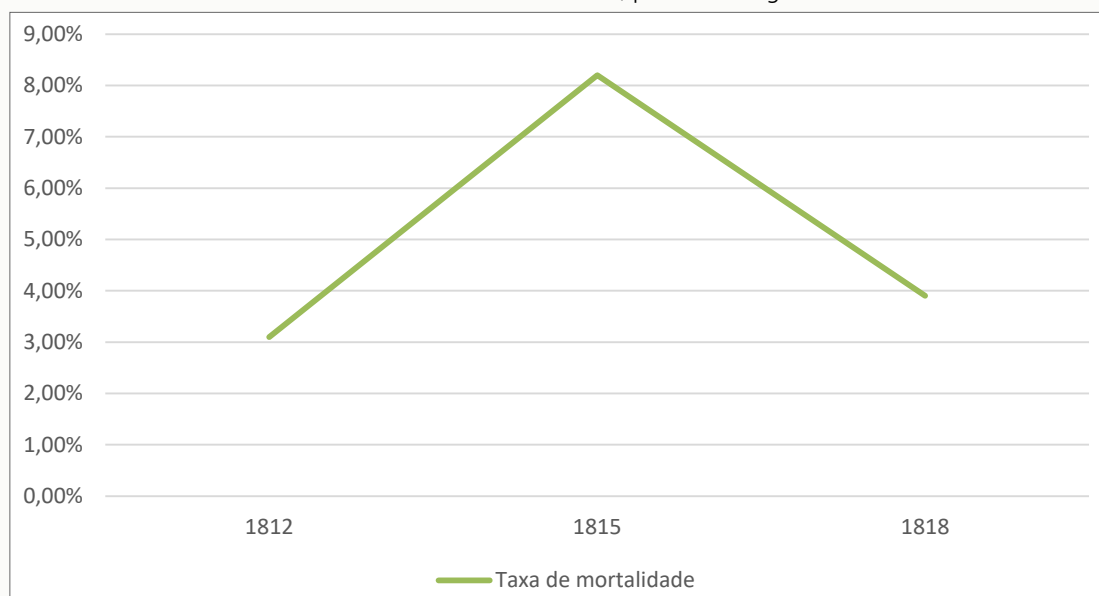
Anos	Pretos novos (H)		Pretas novas (M)		Moleques novos		Molecas novas		Ladinos		Ladinas		Crias		Ignorado*		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
1812	488	17,84	60	2,19	49	1,79	32	1,17	0	0,00	0	0,00	9	0,33	6	0,22	644	23,54
1815	597	21,83	120	4,38	71	2,59	34	1,24	131	4,79	39	1,43	17	0,62	95	3,47	1.104	40,37
1818	497	18,14	238	8,69	25	0,91	02	0,07	114	4,17	67	2,45	4	0,15	40	1,46	987	36,09
Total	1582	57,81	418	15,26	145	5,30	68	2,48	245	8,96	106	3,88	30	1,09	141	5,15	2735	100,00

Fonte: ACMRJ. Livro de Óbitos de escravizados da Freguesia de Santa Rita, 1812 a 1818.

*Refere-se a pessoas ali sepultadas, que não foram identificadas com a nomenclatura conhecida, tais como “um corpo”, “um cadáver”, “um defunto” e etc.

A análise dos dados apresentados nesta tabela revela que a maioria dos sepultamentos corresponde a escravizados novos do sexo masculino, o que representa aproximadamente 57,81% do total. Em seguida, temos as escravizadas do sexo feminino, correspondendo a 15,26% do montante. Percebe-se por estes dados que os quantitativos de escravizados refletem os mesmos padrões demográficos do tráfico negreiro no período (Florentino, 1995; Karasch, 2000). No entanto, a curva ascendente em 1815 e a sua diminuição em 1818 pode indicar uma perturbação no fluxo de sepultamento. É possível que alguma epidemia possa ter ocorrido neste período, aumentando a mortalidade escrava e elevando o número de sepultamentos. É o que fica mais evidente no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Relação entre o volume de tráfico negreiro e quantidade de escravos sepultados no Cemitério dos Pretos Novos de 1812 a 1830, por amostragem



Fonte: ACMRJ-Livro de Óbitos de escravizados da Freguesia de Santa Rita, 1812 a 1818

No tocante ao gênero, os dados nos permitem fazer algumas afirmações bastante relevantes. Inicialmente, o fato de que, nos três anos estudados, 57,81% dos escravizados sepultados era composto de homens, enquanto 15,26% eram mulheres. Esta desproporção demográfica corresponde ao fluxo do tráfico Transatlântico de Escravizados, que tem mostrado que a importação de mão-de-obra cativa masculina sempre foi maior em proporção que a feminina, como bem demonstrou Manolo (1997), o que, por sua vez, esteve em consonância com o período final que eu havia observado no Cemitério dos Pretos Novos (Pereira, 2014).

Além disto, diferentemente do livro de 1824 a 1830, o livro de 1812 a 1818 revela um dado extremamente perturbador, pessoas que foram sepultadas sem nenhum tipo de designação, nem de cor, situação jurídica, nem idade, nem gênero. Os três anos analisados traz um quantitativo de escravizados que não foram registrados nem como "pretos novos", "pretas novas", nem "moleques novos", "molecas novas", "crias", ou "ladinos", mas apenas: "um corpo" ou "um cadáver". Identificamos que 5,15% pessoas sepultadas no Cemitério dos Pretos Novos não foram especificadas. Só em 1815, 95 cativos foram inumados assim. A razão para esse procedimento, que difere da prática adotada entre 1824 e 1830, quando nenhum escravizado era sepultado sem ser categorizado como "pretos novos", "pretas novas", "moleques novos", "molecas novas", "crias" e "ladinos"(Pereira, 2014, p. 102), permanece incerta. A hipótese que sugerimos é a de que, tais escravizados fossem indigentes,²² ou seja, não houve ninguém que pagasse por seu sepultamento, como era o caso dos cativos que faleciam no Valongo, ou no Armazém, cujos respectivos senhores ou traficantes eram obrigados a arcarem com os custos das inumações (Pereira, 2014). É provável que alguns cativos, após falecerem na região, tenham tido seus corpos abandonados pela localidade e outras pessoas tenham mandado sepultar por "misericórdia".

Um dos destinos dados aos cadáveres na cidade do Rio de Janeiro, que fugia do padrão dos sepultamentos no interior ou em torno das igrejas seria o sepultamento de escravizados nos terrenos baldios e praias. Foi justamente para tentar coibir esta prática que, em fins do século XVII (1696), o governo metropolitano entrou em acordo com a Santa Casa da Misericórdia para que ela desse sepultura aos escravizados mediante o pagamento de 400 réis por parte dos senhores, objetivando diminuir e evitar a prática de abandono dos cadáveres dos cativos por parte dos proprietários (Bravo, 2014, p. 172).

Abandonados por seus senhores, os corpos dos escravizados eram deixados nos mais diversos logradouros, até que alguém pudesse levá-los ao cemitério. No entanto, mesmo ali, eram submetidos a um novo apagamento simbólico, para além do que já fora feito através da captura e venda destes cativos, retirados de África. Nesse momento, toda a identidade, até mesmo a conferida pelo senhor (a de escravizado) era definitivamente apagada. Não se trata mais de um preto novo, nem homem, nem mulher, nem criança, nem africano ou ladino, apenas mais "um corpo" inerte amontado sem nome e sem origem".

²² Eram considerados "indigentes" as pessoas que não possuíam recurso financeiro algum, pessoas paupérrimas e que, por tanto, não poderiam pagar pelos seus sepultamentos.

Sobre esta questão simbólica do morrer, bem ressaltou Rodrigues (1997), que a geografia da morte na Corte da cidade do Rio de Janeiro refletia a hierarquia social vigente, reservando aos mais afortunados as sepulturas *ad sanctus* (dentro das igrejas) e, aos menos “importantes”, os adros das igrejas católicas. Por outro lado, aos desvalidos desta vida, tais como brancos pobres, suicidas, judeus, justicados e escravizados, era destinado os cemitérios mais inglórios da cidade, tais como os da Santa Casa (Bravo, 2014); ou o campo da Pólvora, na Bahia (Reis, 1991); ou ainda, o cemitério dos Aflitos, quando em São Paulo (Rodrigues, C., & Bravo, M. N. 2012) e num tempo mais remoto, os cemitérios do Rocío, no Rio de Janeiro (Cruls, 1965 p. 320).

Os diversos aparatos fúnebres e rituais simbólicos, se apresentavam na hora da morte como barreiras intransponíveis que separam o espaço entre vivos e mortos, como se o que acontecesse na vida presente, representasse a vida no além. No caso dos indigentes, a falta de tais ritos, por menores que fossem tais como a designação de seus nomes ou situação jurídica em seus óbitos, marcava para sempre a não existência deles. Se esta análise estiver correta, os escravizados lançados à flor da terra do Cemitério dos Pretos Novos nesta condição, ou seja, sem que tivessem alguém que pagasse por suas inumações, representariam um patamar social ainda mais baixo que os demais africanos recém-chegados e os crioulos ali sepultados, cabendo apenas ao escrivão registrar “um corpo”, “um cadáver”, “um morto”.²³

Tudo isto demonstrava a forma inglória como os escravizados eram sepultados no Cemitério dos Pretos Novos. Chegavam corpos constantemente vindos dos barracões Valongo, do Lazereto e ainda restos humanos encontrados pelas ruas da região.²⁴ Este estado de coisas pode indicar formas extremamente violentas de morte e, ainda, revelar que a região do Valongo estivesse passando por diversas transformações em decorrência do incremento do tráfico negreiro verificado no início do século XIX. Sobre o perineo do Valongo, o historiador Claudio Honorato ressaltou:

Ocuparam-na pela mesma época, armadores e traficantes de escravizados, pescadores e embarcadiços. As atividades portuárias e comerciais nessa área estão relacionadas também ao aumento do tráfico de mercadorias – sobretudo açúcar – que dependia da navegação no interior da Baía de Guanabara, realizada por escravizados, responsáveis também pelo transporte marítimo de passageiros (Honorato, 2011, p. 149).

A partir do início do século XIX, os trabalhos na área do mercado do Valongo se intensificaram sobremaneira, pois, devido ao incremento da importação de produtos europeus, a mão-de-obra escravizada movimentou os trapiches da região do Complexo do Valongo (Cavalcanti, 2004, p. 276). Por volta de 1817, já existiam aproximadamente 34 estabelecimentos comerciais significativos no Valongo, tornando essa região um dos locais mais movimentados do Rio de Janeiro. logradouros envolvidos em atividades de importação e

²³ Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Livro de Óbitos de escravizados da Freguesia de Santa Rita, 1812-1818.

²⁴ Em 1818 há vários registros do Intendente de Polícia comparecendo ao Cemitério dos Pretos Novos para sepultar corpos achados na rua, encontrados em terrenos baldios ou ainda jogados ao mar, conforme: ACRMJ. Livro de Óbitos de escravizados da Freguesia de Santa Rita, 1812 a 1818, fl. 65.

exportação, depósitos de armadores e trapiches ocupavam essa a região. Assim, o períneo de desembarque vivenciava cada vez mais agitação devido ao comércio negreiro, sendo marcado pelo constante movimento de embarcações atracando constantemente. Sumacas, patachos e bergantins desembarcavam escravizados, enquanto embarcações menores se encarregavam de transportá-los para outras regiões costeiras, dentro ou fora da Corte. Como resultado, o número de escravizados traficados superou os registros dos primeiros séculos de comércio negreiro (Rodrigues, 2005, p. 299)

Na agitação do porto, com navios chegando e partindo incessantemente, repletos de escravizados destinados à venda, era impossível que desembarcassem todos em um único local. As pesquisas de Tavares indicam que não havia um ponto fixo de desembarque e os escravizados não desciam em apenas um cais, como alguns supõem erroneamente (Tavares et al, 2020). Deste modo, os africanos eram transferidos para embarcações menores, nas quais eram levados para leilões em pequenos trapiches ao longo do Valongo. Os navios permaneciam no meio da baía, onde eram inspecionados, e em seguida eram levados para a costa em diferentes pontos ao longo da praia e dos locais de venda. Para alguns escravizados, o fim dessa jornada resultava em morte e seus corpos também eram jogados no Cemitério dos Pretos Novos.

A vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, bem como a política implementada pelo Príncipe Regente que consistia no saneamento e remodelação da Corte, trouxe profundas transformação para a vida na antiga Colônia e depois Império, em 1822. O que, por sua vez, acarretou a demanda por cada vez mais mão-de-obra escravizada, fazendo com que o volume do tráfico aumentasse sobremaneira. Além disso, o sepultamento de corpos sem identificação, tipificados apenas como “um corpo” demonstra a violência a que os pretos novos foram submetidos. Fato que jamais fora identificado no período final do cemitério. É possível se imaginar que a região do Valongo, dado ao incremento do tráfico tenha se transformado em um lugar extremamente violento, na tentativa de contenção de um grande número de escravizados que desembarcavam na região, sobretudo no primeiro quartel do século XIX. Assim, a violência física que culmina na morte dos recém-chegados talvez esteja relacionada às tentativas de controlar um grande contingente de cativos que aportavam pela Bahia de Guanabara. A escolha da região para ser o local de desembarque, acondicionamento, cura, venda, morte e sepultamento, havia previamente sido pensada anteriormente pelo Marques do Lavradio

minha decisão foi a de que quando os escravos fossem desembarcados na alfândega, deveriam ser enviados de botes ao lugar chamado Valongo, que fica em um subúrbio da cidade, separado de todo contato e que as muitas lojas e armazéns deveriam ser utilizadas para alojá-los.²⁵

Lavradio expressava, em pleno século XVIII, o desejo de um “projeto de controle efetivo sobre a população de excluídos” (Honorato, 2019, p. 67), que vai se concretizar ao longo do tempo com a criação de uma região exclusiva para a venda de carne “preta” humana. Não se

²⁵ Carta do Marques do Lavradio *Apud* Brás Amaral, Os Grandes mercados de escravos africanos in Factos da Vida do Brasil (1941), p. 148-149.



pode negar também que escolha do lugar foi estratégica. A geografia da região e dificuldade de acesso ao lugar conferia ao Valongo, tudo o que era preciso para a proteção das vidas dos comerciantes, a cobrança de impostos, e o impedimento de fugas e rebeliões. Por terra, só havia uma entrada e uma saída, pelo caminho do Valongo (Atual rua Camerino), entre os morros da Conceição e do Livramento; e por mar, a entrada da Bahia, onde estrategicamente havia fortificações e mais para o interior, a passagem por uma Alfândega. Se a escolha da região do Valongo, como um lugar de controle foi anteriormente, o local do Cemitério dos Pretos Novos também:

Assim, dentro da lógica de manutenção da ordem e da necessidade de controle sobre um número cada vez maior de cativos, é plausível compreender as ações realizadas no chamado cemitério dos Pretos Novos, após sua mudança de endereço para o Valongo, sob uma perspectiva que vai além do descaso e do desrespeito com seres humanos que eram considerados “peças” (Lessa et al, 2018, p. 141).

Lessa et al. (2018) sugerem fortemente que o Valongo era de fato um lugar de controle e que a violência para contenção da “carga” humana, não era apenas simbólica, mas física. Portanto, é plausível que a violência física deva ter sido usada no sentido conter rebeliões e possíveis fugas que, apesar de parecerem impossíveis, não se pode afirmar que nunca foram tentadas. Pessoas sendo enterradas antes de morrer, se encaixam num cenário de mortes brutais.

Por outro lado, o acionamento e criação de medidas de saneamento e controle estariam sendo elaboradas e reelaboradas em vista à demanda do aumento deste comércio.²⁶ A tabela 2 demonstra como a mortalidade escravizada também estava ligada ao desembarque de escravizados no Valongo, de maneira que o aumento deste último pressionava o nível de sepultamentos no Cemitério dos Pretos Novos.

Tabela 2 – Taxa de mortalidade de escravizados, por amostragem, de 1812 a 1830

Ano	Escravizados que entraram no Valongo	Escravizados sepultados no Cemitério dos Pretos Novos	Taxa de mortalidade
1812	18.330	644	3,1%
1815	13.350	1104	8,2%
1818	25.080	987	3,9%
1824	25.060	1.126	4,4%
1828	45.670	2.019	4,4%
1830	28.250	624	2,2%

Fonte: Fragoso, J., & Florentino, M. G. 2001, p. 181); Escravizados sepultados no cemitério Pretos Novos, 1812, 1815 e 1818: ACMRJ-Livro de Óbitos de escravizados da Freguesia de Santa Rita, 1812 a 1818. Escravizados mortos no Valongo, 1824, 1828 e 1830: ACMRJ-Livro de Óbitos de escravizados da Freguesia de Santa Rita, 1824 a 1830).

Para calcular uma estimativa da taxa de mortalidade dos escravizados sepultados no Cemitério dos Pretos Novos, recorreremos aos dados alfandegários coletados por Manolo

²⁶ Para estudar melhor as políticas governamentais para a região do Valongo, nos séculos XVIII e XIX, aconselha-se verificar: Honorato, C. (2019).

Florentino e João Fragoso (2001), que demonstram a entrada de escravizados no Valongo, de 1790 a 1840, e cruzamos com os óbitos do Cemitério dos Pretos Novos no período de 1818, ano do início do livro inicial dos registros do Cemitério dos Pretos Novos, até 1830, ano final do malfadado campo santo. Os dados obtidos confirmam uma taxa de mortalidade que gira em torno 3% a 4%, confirmando o que os historiadores do tráfico já haviam dito (Rodrigues, 2005; Klein, 2004). Por outro lado, a forma como as crianças foram sepultadas no período de 1812 a 1818 contrasta com padrão encontrado no período final do Cemitério dos Pretos Novos. Algumas crianças foram sepultadas juntas com suas mães, em único registro. Esta prática pode estar associada não apenas a extrema violência da escravidão, mas também o fato de que as pequenas cativas estavam tão apegadas à sobrevivência de suas mães, que a morte de esta, significava a morte da primeira.²⁷

Entretanto, nem tudo são perdas na análise dos livros de óbitos aqui considerado. Enquanto os registros vistos aqui demonstram a violência, desprezo e tentativa de apagamento da memória dos pretos Novos, os a seguir demonstram distinção. Pelo menos 5 escravizados, vindos de Moçambique, ao longo dos três anos estudados, foram sepultados “com búzios”, o que nos parece representar um avanço em relação ao conhecimento que se tinha sobre a forma de sepultamento praticado ali, de 1824 a 1830.²⁸ O fato de alguns escravizados terem sido sepultados com búzios ao redor do pescoço, revela uma prática incomum na época. Isso porque a única forma de identificação conhecida para esses escravizados eram as marcas, feitas a ferro em brasa, em seus corpos pelos seus senhores, ou os nomes de batismo cristão. A menção a búzios no momento do sepultamento, ou a não retirada dos mesmos, mesmo depois da morte, demonstra um gesto simbólico e individualização, que pressupõe um reconhecimento e diferenciação dos demais.

Essa prática poderia sugerir uma relação mais personalizada entre o escravo e seu proprietário, na medida em que os búzios funcionavam como um elemento identitário adicional, representando algum tipo de proteção espiritual ou conexão com a cultura africana. Logo, isto pode indicar uma exceção à forma tradicional de identificação destacando a singularidade e valor atribuídos a esses indivíduos dentro do sistema escravista vigente (Pereira, 2014, p. 123). Este achado corrobora com os dados arqueológicos obtidos em decorrência das escavações no Cemitério dos Pretos Novos.

Surpreendentemente também, encontramos pequenas contas de vidro e miçangas que estavam espalhadas no solo. Neste caso, não se tratava de lixo urbano, mas sim de fragmentos da cultura material dos africanos submetidos à escravidão. Foram encontradas miçangas brancas e azuis (de diversas tonalidades), além de contas vermelhas, verdes, brancas e azuis (Tavares, 2012, p. 138).

²⁷ A análise dos registros de óbitos no livro da Freguesia de Santa Rita, 1812 a 1818 demonstrou um grande número de mães sepultadas com seus filhos. Não apenas no ano de 1812, abordado neste artigo, mas ao longo de todo período, verificam-se registros de mães sepultadas juntas com seus filhos.

²⁸ Foi demonstrado na análise do livro anterior, que a quantificação do livro de óbitos da Freguesia de Santa Rita, de 1824 a 1830, verificou apenas um escravizado com contas ao pescoço, no universo de cerca de 6.000 cativos (Pereira, 2014).



Após as escavações do cemitério, a equipe arqueológica resgatou diversas contas de vidro e miçangas e comprovou que elas eram do período de funcionamento do referido campo santo. No entanto, a pesquisa que eu havia feito no livro de óbitos de 1824 a 1830, mostrava que apenas um escravizado havia sido sepultado nesta condição (Pereira, 2014). Agora, temos mais indícios que comprovam que, de fato, houve escravizados que foram sepultados com distinção social o que denota uma prática especial e intrigante. Os dados revelados agora, abrem espaço para questionamentos tais como: Quem eram estes escravizados? De onde vieram? O que faziam? E por que foram sepultados com “búzios ao pescoço” em universo de milhares de escravizados lançados em covas sem nenhum tipo respeito?

O que sabemos até agora, é que, para além dos búzios com que foram sepultados, tal objeto, dentro da cosmovisão banto, representava um importante utensílio que poderia ter funções mágico religiosas poderosas. Eles poderiam ser usados como *Nkisi*, objetos que conferiam ao seu portados, a manipulação dos poderes dos ancestrais que nele habitavam (Silva et al, 2023, p. 281). É provável que tais escravizados eram vistos pelos seus senhores como especiais, portadores de forças mágicas que lhes conferiam distinção entre os demais impondo aos mesmos a necessidade de serem respeitados mesmo depois da morte.

Ao fim de tudo isto, cabe ainda uma análise mais aprofundada sobre a natureza desse cemitério, onde os corpos dos pretos novos não recebiam um sepultamento digno. Recorremos, então, às reflexões dos pensadores Achille Mbembe e Stuart Hall, a fim de compreendermos o significado do Cemitério dos Pretos Novos. Começamos pelo último.

À luz da obra *identidade e diáspora*, de Stuart Hall (2003), o Cemitério dos Pretos Novos emerge como um local de profunda relevância para a compreensão da construção da identidade afro-brasileira e da experiência da violência contra o corpo negro no período do Brasil escravista. Hall argumenta que a identidade não é uma entidade fixa, mas sim um processo em constante evolução, moldado por fatores históricos e culturais. Logo, o Cemitério dos Pretos Novos, local em que milhares de africanos e seus descendentes foram sepultados na primeira metade do século XIX, representa um grupo social cuja existência foi negada e que sofreu um processo de apagamento para além do corpo físico, representando uma tentativa de destruição da própria identidade. O modo como eles tiveram seus corpos esquartejados, decapitados, quebrados, desarticulados, descarnados e queimados, após a morte, reforça a negativa a um sepultamento digno remetendo a um processo contínuo de desumanização do outro, conferindo-lhe um estado de “objeto”, agora simplesmente descartado. Um ódio intrínseco e um desprezo atroz pela vida e pela morte do “outro”, por julgá-lo, não apenas como diferente, mas sem valor.

Por outro lado, Hall também enfatizou a importância da diáspora na formação das identidades negras, que se forjaram e reconstruíram seus significados das mais variadas formas. Por outro lado, escravizados sepultados com contas ou búzios ao pescoço denotam como a cultura africana foi interpretada e reelabora nos trópicos, conferindo-lhe valor e especificidade que remetiam à crença em universo mítico que habitava tanto o imaginário do senhor quanto o do cativo. É curioso, porque, o imaterial se propõe ao valor físico ligado ao trabalho e ao lucro



proporcionado pela exploração da mão-de-obra escravizada, e demonstra como tal sociedade desprezava o serviço braçal, mas era extremamente influenciada pelo pensamento religioso.

Portanto, o cemitério não foi apenas um local de sepultamento, mas também um espaço de uma memória e identidade em constante construção, posto que ao longo do tempo, de 1812 a 1830, as formas de sepultamento sofreram diversas transformações. Enquanto alguns pretos novos receberiam algum tipo de “distinção” com “búzios ao pescoço”, outros foram jogados à flor da terra como apenas mais “um cadáver” sem nome, nem marca, nem gênero, inertes e sem vida. Enquanto isto, crianças juntas com suas mães, lançadas na mesma cova e num mesmo registro, foram sepultadas ao lado de escravizadas de quem se registrou esta como “uma criança, filha de Domingas”, aquela como “um anjinho”.²⁹ Na verdade, esta representação na hora da morte refletia a própria concepção da “Boa sociedade” sobre os escravizados em diáspora, pois embora o tipo de sepultamento foi se alterando ao longo de tempo, passando de uma forma mais caótica (1812 a 1818) a uma, talvez menos desorganizada (1824 a 1830), a discriminação e a negação do outro permaneceram inalteradas. Em última análise, os pretos novos, quando mortos, não eram considerados mais do que “corpos” descartáveis.

A obra seminal “Necropolítica”, do pensador camaronês Achille Mbembe (2018), nos ajuda na compreensão do significado do Cemitério dos Pretos Novos, o qual pode ser compreendido como um exemplo contundente da relação entre o poder e a morte nas sociedades coloniais e escravagistas. Mbembe argumentou que o poder estatal não se limita apenas a governar a vida, mas também se estende ao controle sobre a morte, permitindo a negação da dignidade e da humanidade àqueles que são subjugados. O Cemitério dos Pretos Novos, onde milhares de escravizados foram sepultados em condições brutais e desumanas, exemplifica essa lógica da funesta.

A falta de respeito pela morte desses indivíduos, a violência sistemática que culminou em suas mortes e o descarte de seus corpos em valas comuns representam uma forma extrema e perturbadora deste ato. Este cemitério, portanto, não era apenas um local de enterro, mas também um testemunho sombrio das estruturas de poder e da brutalidade inerente à escravidão no Brasil, conforme bem observou Achille Mbembe (2018) ao analisar as dinâmicas de vida e morte nas sociedades coloniais e pós-coloniais. Cabe lembrar que, segundo Mbembe, o racismo não apenas nega a humanidade do outro, mas também funciona como um modelo que justifica a opressão e exploração, podendo levar à eliminação física, política ou simbólica. Sua análise ressalta como a ideia de “raça”, embora não tenha base em fatos naturais, desempenha um papel central na transformação do ser humano em mercadoria ou objeto. Assim, a necropolítica consiste no poder não apenas de ditar quem pode viver, mas também quem deve morrer. O cemitério dos Pretos Novos constitui-se num caso emblemático desta deletéria ação no Brasil.

²⁹ ACMJ. Livro de óbitos da Freguesia de Santa Rita, 1812 a 1818, fl. 195.



Conclusão

O que podemos ressaltar à guisa de conclusão é o fato de que o período analisado de 1812 a 1818, o cemitério guarda algumas semelhanças em relação aos sepultamentos realizados neste mesmo campo santo, em seu período final de funcionamento, 1824 a 1830. O descaso em relação ao sepultamento também pode ser notado, mostrando que esta era uma marca indelével da forma horrível de sepultamento praticado. Contudo, em um plano geral, não se pode negar que, de 1812 a 1818, o Cemitério dos Pretos Novos revelou por detrás das frestas da sua existência, diversos atores sociais que tentavam reorganizar o aparato de controle da região do Valongo, frente às levas cada vez maiores de africanos recém-chegados que apinhavam os trapiches da região.

Na tentativa de controle desta carga humana, a criação do Lazareto foi aventada como uma possibilidade de minorar a mortalidade escravizada e diminuir a irradiação de doenças na Corte. Tal possibilidade viria a evoluir aos poucos até chegar a um complexo escravista formado por Mercado, Cemitério e Lazareto. Caos e controle passaram a ocupar juntos um espaço marcado pela morte e o sepultamento de “cadáveres” sem identificação, denotando a desumanização dos africanos e uma total falta de respeito pelos indivíduos falecidos, que ao morrer eram tratados meramente como objetos ou fragmentos anônimos. Essa perturbadora realidade nos conduz a uma reflexão sobre a barbárie e a brutalidade da escravidão revelando uma face ainda mais sombria da nossa história.

Além disto, no tocante às diferenças, surge um grupo social não identificado cuja grafia do livro revela a forma violenta com que foram mortos. Os corpos sem identificações precisas indicam não apenas mortes violentas, ou abandonos de cadáveres na rua, mas também a existência de cativos que, depois de mortos, eram sepultados como possíveis “indigentes”. No entanto, mesmo a despeito de tal descaso e crueldade amplamente demonstrados, alguns escravizados foram sepultados com distinção. Os búzios poderiam representar um elemento cultural denotando uma forma diferenciada de sepultamento levando em voga práticas culturais africanas, mesmo em solo brasileiro.

Finalmente, a análise do período mais amplo, a saber de 1812 a 1830, possibilita-nos fazer a afirmação de que o Cemitério dos Pretos Novos era um lugar onde o racismo e o preconceito racial operaram de forma violenta e covardemente atroz, e que, no intuito de negar a estes a humanidade, seus corpos foram não apenas jogados à flor da terra, mas também mutilados após a morte, na tentativa falha de apagar suas memórias e de, como bem observei (Pereira, 2014) destruir seus laços ancestráticos. No entanto, esta tentativa de apagamento e destruição não logrou de todo o êxito. O solo onde milhares de corpos foram enterrados, eivado pela dor e pela injustiça, ainda hoje, serve como um lembrete constante da existência daqueles, que uma vez capturados em África, foram mortos e sepultados sem nenhum respeito. No entanto, lembrar-se da morte não é apenas negar o esquecimento das nossas raízes, é também dar vida aos mortos.



Referências bibliográficas

Altuna, R. R. de A. (1985). *A cultura tradicional banto*. Luanda: Secretariado Arquidiocesano de Pastoral.

Bravo, M. N. (2014). *As hierarquias na morte: Uma análise dos ritos fúnebres católicos no Rio de Janeiro (1720-1808)*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Estado do Rio e Janeiro].

Brizola, J. H. (2022). *Cidades enfermas: Epidemias, instituições e sujeitos: Rio de Janeiro e La Habana na época colonial (1758 – 1808)*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Rio Grande do Sul].

Burke, P. (2001). *Vico*. São Paulo: Unesp.

Cavalcanti, N. (2004). *O Rio de Janeiro dos Setecentos: a vida e a construção a cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor.

Chalhoub, S. (1996). *Cidade febril. Cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras.

Coaracy, V. (1968). *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

Cruls, G. (1965). *Aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. (Coleção Rio 4 Séculos, Vols. 1 e 2).

Fragoso, J., & Florentino, M. G. (2001). *O Arcaísmo como projeto: Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Fernandes, T. M. (2003). Imunização antivariólica no século XIX no Brasil: inoculação, variolização, vacina e revacinação. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, 10 (2), 461-474.

Florentino, M. G. (1995). *Em Costas Negras: uma história do tráfico atlântico de escravizados entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

Hall, S. (2003). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil.

Honorato, C. (2011). Mercado do Valongo e comércio de escravizados africanos (RJ, 1758–1831). In Mariza de Carvalho Soares, & Nielson Rosa Bezerra (org.). *A Escravidão Africana no Recôncavo da Guanabara* (pp. 147-174). Rio de Janeiro: Editora da UFF.

Honorato, C. (2008). *Valongo: O Mercado de Escravizados no Rio de Janeiro* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense].

Honorato, C. (2019). *Valongo: O mercado de almas da Praça Carioca*. Curitiba: Appris.

Karasch, M. C. (2000). *A vida dos escravizados no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras.

Klein, H. S. (2004). *O tráfico de escravos no Atlântico: Novas abordagens para as Américas*. Ribeirão Preto, São Paulo: FUNPEC editora.



- Kiple, K. F. (2002). *The Caribbean Slave, a Biological history*. London: Cambridge University Press.
- Lamarão, S. T. (1991). *Dos Trapiches ao Porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura.
- Lessa, A., Tavares, R., & Carvalho, C. (2018). Paisagem, morte e controle social: o Valongo e o cemitério dos Pretos Novos no contexto escravocrata do Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX. *Paisagens Híbridas*, 1 (1), 132-161.
- Mbembe, A. (2018). *NECROPOLÍTICA Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Rio de Janeiro: n-1 edições.
- Pereira, J. C. M. da S. (2014). *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Pereira, J. C. M. da S. (2012). Germinal: morte e sepultamento dos pretos novos no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Habitus*, 10 (2), 173-185.
- Pimenta, T. S. (2022). Saúde pública na capital do império do Brasil: escravidão, epidemias, assistência. *Araucaria*, 24 (51), 421-438.
- Reis, J. J. (1991). *A Morte é uma Festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Rodrigues, C. (1997). *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.
- Rodrigues, C., & Bravo, M. N. (2012). Morte, Cemitérios e Hierarquias no Brasil Escravista (séculos XVIII e XIX). *Revista Habitus*, 10 (1), 3-20.
- Rodrigues, J. (2000). *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Ed. Da Unicamp/Cecult.
- Rodrigues, J. (2005). *De costa a costa: escravizados, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, M. S. (2018). O impacto da teoria dos miasmas no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de História da Medicina*, 12 (2), 43-56.
- Silva, A. L. S. de B., Oliveira, M. D. B. G. de, & Rodrigues-Carvalho, C. (2022). Cemitério dos desvalidos do Rio de Janeiro antigo. *Revista de Arqueologia*, 35 (3), 69-90.
- Silva, V. G. da, Damasceno, W., Oliveira, R. S. de, & Silva Neto, J. P. da. (2023). *Através das águas: os bantu na formação do Brasil*. São Paulo: Hucitec Editora.
- Soares, M. de C. (2000). *Devotos da Cor. Identidade Étnica, Religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro no Século 18*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Tavares, R. B. (2012). *Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro, século XIX: uma tentativa de delimitação espacial*. [Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro (Museu Nacional)].

Tavares, R. B, Rodrigues-Carvalho, C., & Lessa, A. (2020). Da alfandega ao Valongo: A entrada dos cativos africanos no Rio de Janeiro no século dezenove sob uma nova perspectiva historiográfica. *Antiguidade Latino-Americana*, 31 (2), 342-359.

Tavares, R. B. (2018). *O Valongo através de um outro olhar: arqueologia da paisagem do complexo escravista do Rio de Janeiro no século XIX*. [Tese de Doutorado em Arqueologia], Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro].

Tavares, R. B, Pinto, A. de L., & Carvalho, C. R. (2018b). Paisagem, morte e controle social: o Valongo e o cemitério dos pretos novos no contexto escravocrata do Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX. *Paisagens Híbridas*, Rio de Janeiro, 1 (1), 132-161.

Submetido em: 14 de agosto de 2023

Aprovado em: 15 de janeiro de 2024

